



TRABALHADORES PORTUÁRIOS: MASCULINIDADES NEGRAS, VISÕES DE LIBERDADE E A MALANDRAGEM, NO RIO DE JANEIRO DO PÓS ABOLIÇÃO¹

Alessandra Tavares se Souza
FFLCH/ PPGS -USP
alletavaressouza@gmail.com

Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no miserê
Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver quem tem razão
(BATISTA, 1933)

Embalada pelo clássico samba “Lenço no Pescoço” composto por Wilson Batista, na década de 1930, chama atenção para as relações entre o conceito de malandragem e as visões de liberdade de homens negros no Pós-abolição. O conceito de malandragem esteve por muito tempo associado ao controle dos corpos negros e, sobretudo, aos perigos representados pelas formas que as pessoas negras lidavam com o seu ser e estar após adquirirem sua emancipação antes ou após a extinção do sistema escravista no Brasil.

A malandragem foi amplamente utilizada para justificar perseguições, no entanto assim como na letra da música de Wilson Batista, fez parte do repertório cultural de homens e mulheres nos centros urbanos do Brasil. Embora o compositor não se utilize especificamente da palavra “malandro”, sua letra descreve características estilísticas e comportamentais de um grupo de pessoas, sobretudo de homens negros, muito presente nas ruas do Rio de Janeiro da Primeira República. A contraposição entre o trabalho sacrificante e mal remunerado e uma vida de “vadiagem” que estaria ligada ao seu talento para música, são indícios das inúmeras questões que se colocaram no horizonte das pessoas negras nesse período.

¹ Artigo é o resultado parcial da pesquisa pós doutoral financiada pela Pró Reitoria de Inclusão e pertencimento (PRIP) da Universidade de São Paulo.



O modo de vida urbano de determinadas pessoas pobres e, predominantemente negras, foi sendo identificado pelo conceito de malandragem. Foram desenvolvidas construções de representações sobre as práticas cotidianas atravessadas pelo samba, a capoeira, a forma de se portar, de se vestir e de se relacionar com o trabalho e a religiosidade. Delineando-se, sobretudo para os homens negros, modelos de masculinidades e aproximações com a valentia e a vadiagem, ambas em sentido pejorativo.

As experiências negras com o uso do seu tempo, entre trabalho e lazeres esteve sobre as lentes das perspectivas liberais que se instalaram no Estado República que se queria moderno e civilizado. O chamado controle do tempo para o trabalho, esteve nos debates que deram origem a leis que enfocaram o combate ao que era entendido como ociosidade. Uma tendência fortemente pautada no cientificismo que identificava nos descendentes dos africanos no Brasil, características inatas à desordem, falta de aptidão ao trabalho e a tendência a violência. Instalando políticas veementes de cerceamento e controle dos corpos negros. (TERRA, 2021)

Diante desse contexto a proposta do artigo em questão é refletir sobre como os homens negros criaram estratégias e espaços que iam além das generalizações a respeito das masculinidades negras do período. Tendo como enfoque os trabalhadores portuários do Rio de Janeiro e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada em 1905. Instituição formada por homens negros que garantiram outras formas de se auto representarem como classe trabalhadora e acabaram por construir discursos para além do vadio, malandro e do trabalho como o *miserê*.

O trabalho no porto do Rio de Janeiro: Entre imagens de controle e controle de imagens

O trabalho é força motriz das sociedades liberais, na zona portuária do Rio de Janeiro, sua força está fundamentada no legado de experiências de trabalhadores escravizados. No pós-abolição, temos a tomada de consciência e as articulações motivadas pela luta por cidadania, em forma de organizações sindicais que aglutinaram saberes e fazeres ancestrais, acrescidos com as experiências de liberdade. São redes de



peças negras que se fixam na zona portuária e que construíram instituições formais e simbólicas para garantir o seu lugar social, cultural e sua voz política.

Pesquisas como a de Marília Albuquerque (1983), Olívia Galvão (1994), Maria Cecília Velasco e Cruz (1998; 2005; 2010), Erika Bastos Arantes (2005; 2010) são as pioneiras na historicização dos sindicatos do porto do Rio de Janeiro e na identificação da predominância trabalhadores negros em seus quadros. Este caminho foi alçado a partir de novos olhares, novas fontes e questões que privilegiaram as experiências e expectativas de pessoas negras na busca por cidadania. São obras que falam sobre o agenciamento de homens negros na garantia de lugares de trabalho, moradia, lazer e religiosidade. Assinalaram os trabalhadores portuários negros como importante categoria que esteve à frente das relações de trabalho na região e construção ativa da cultura urbana carioca.

Associações que remontam classes de trabalho controladas por homens escravizados, garantiram a predominância em seus quadros de gerações de homens negros, configurando certo perfil social, cultural e político à região portuária do Rio de Janeiro. Com objetivo de se organizarem quanto grupo, as associações de classe de trabalhadores como por exemplo a União dos Operários Estivadores (UOE), fundada em 1903 e que aglutinava o trabalho dos estivadores e a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche Café, surgida sob o auspício da UOE, em 1905, conhecida como Cia dos Pretos ou como a Resistência, organizava o trabalho dos arrumadores, ambas, negociavam diretamente com o patronato e, resistem ainda hoje como categorias de classe de trabalhadores portuários do Rio de Janeiro.

Imagem 1 – Logotipo da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café



Domínio público

Em um recuo temporal, Maria Cecília Velasco e Cruz identifica nos relatos de memorialistas, estruturas de organizações feitas por tropas de trabalhadores escravizados ao ganho no porto do Rio de Janeiro, presentes nas práticas empregadas pelo sindicato da Resistência. Sua pesquisa indica a preservação de saberes passados por gerações de trabalhadores negros dentro da associação. Identifica formas de controle da mão-de-obra, com predominância de pessoas negras em diferentes níveis, que negociavam diretamente com o patronato e que guardavam em suas práticas diretas de execução do trabalho, que remontavam experiências de trabalhadores, possivelmente, africanos ou gerações bem próximas deles. É entender que esses trabalhadores portuários têm cor e histórias que vêm de longe.

Ao analisar o perfil dos trabalhadores e suas sociabilidades na zona portuária do Rio de Janeiro da Primeira República, Erika Bastos Arantes considera a região como de forte influência de pessoas negras, com seus saberes e fazeres, no que chamou de *Porto Negro* (ARANTES, 2005; 2010). Sua tese fundamenta-se em diferentes registros de polícia e periódicos da época, que assinalam não só o caráter repressivo às práticas dos sujeitos negros, mas a sua forte presença na zona portuária do Rio de Janeiro, construindo diferentes formas de sociabilidades.

O que Erika Arantes chamou de Porto Negro, ficou amplamente conhecido como *Pequena África do Rio de Janeiro*, expressão utilizada pelo pesquisador Roberto Moura, tendo como base a afirmação de Heitor dos Prazeres que dizia *A Praça Onze era uma África em miniatura* (LOPES, 2015; p. 220). Embora Heitor dos Prazeres estivesse se referindo ao carnaval da Praça Onze Junho, local que se consagrou como centro dos



carnavais das populações negras, por onde passavam cordões, ranchos e, posteriormente, as escolas de samba, Moura ampliou o conceito. O autor passaria a entender a influência econômica e cultural da comunidade baiana nas antigas freguesias de Cidade Nova, Santana, Santo Cristo, Saúde, Gamboa como polos irradiadores da cultura afro-brasileira.

O conceito de Pequena África atravessa o tempo como perspectiva que reconhece o papel de africanos e seus descendentes na construção cultural no Rio de Janeiro. Como espaço geográfico e simbólico irradiado pelas experiências da zona portuária do Rio de Janeiro, ganha dimensões políticas uma vez que identificaram o circular de Pequenas Áfricas através dos corpos das pessoas negras pela cidade. São corpos que trabalham, que se divertem, que constroem formas de morar e se relacionar entre si.

Os sindicatos portuários do Rio de Janeiro foram instituições nas quais alguns grupos de homens, sobretudo negros, sustentam estratégias de (re)existência e desenvolvimento. Um exemplo de estratégia encontra-se presente nos estatutos de fundação das referidas instituições, que deixam nítido a importância da articulação da classe num sentido prático ao *Fundar uma caixa de resistência para auxiliar e defender os seus associados em caso de greve ou quando se virem coagidos em sua liberdade em defesa da classe*. (AN, 1905) A presença de artigos lavrados em ata e publicados em Diário Oficial registrando o caráter de proteção da categoria de trabalho apresenta a percepção crítica a respeito das constantes ameaças às suas experiências de liberdade, seja como categoria de classe ou quanto corpos passíveis de perseguição.

A partir desses espaços de trabalho pode-se apreender modos de vida que assinalaram masculinidades negras, amplamente perseguidas e marginalizadas pelo Estado. Romantizada pela literatura e pelo samba as figuras do malandro e da malandragem emergem nos atravessamentos entre as visões de liberdade de homens negros e a violência do Estado.

Embora haja uma bibliografia recente que atribua à malandragem um caráter de construção, ora pela produção sociológica ora pela indústria fonográfica, tais produções estão embebidas em perspectivas que desconsideram o protagonismo dos homens negros e os múltiplos desafios que foram colocados para suas sobrevivências físicas e



simbólicas, no pós-abolição (ROCHA, 2006 p. 114). Estamos falando de homens que tiveram que se reinventar e muitas vezes “sair no braço” para defender direitos básicos de uma cidadania que não chegou, em meio às construções de imagens de controle, fundamentadas em estigmas da desordem e da vadiagem que a longo prazo os marcou como alvos da violência do Estado. No entanto, por meio de associações de trabalhadores portuários do Rio de Janeiro, homens negros forjaram estratégias para a construção de imagens de si, que podiam estar alinhadas com a valorização do trabalho e da ordem, por meio de símbolos de respeitabilidade e/ou por visões de liberdade mais elásticas sobre o que caberia ao Estado, no que se referia as suas sobrevivências nas ruas.

Imagem 2 – Evento na Resistência



Acervo pessoal Rachel Valença

Entre as imagens de controle criadas pelo Estado que os identificavam como violentos e desorganizados, os homens negros criaram suas próprias imagens de autorrepresentação. (COLLINS, 2019) Um exemplo, como pode-se ver na imagem 2, são as fotografias dos trabalhadores negros da Resistência. Mesmo em datas festivas, no momento do registro em fotografia há a performance de controle de suas imagens. Homens bem vestidos com seus ternos e gravatas, poucos sorrisos, posturas eretas em uma mesa decorada indicam organização e respeitabilidade. A frente, dois meninos, possíveis herdeiros do lugar de trabalho e da respeitabilidade construída pelos seus, demonstra o caráter de parentesco encontrados nas gerações de famílias que ainda hoje



se fazem presentes nos quadros dos trabalhadores do sindicato. São performances que se contrapõem às generalizações a respeito dos homens negros como vadios, ociosos e desorganizados, um indício sobre como a associação de trabalho foi um importante espaço de construção de discursos positivados para as masculinidades e famílias negras.

Sociabilidades: entre o trabalho e os lazeres

Foi pelo acesso ao trabalho que as pessoas negras foram se fixando na região portuária do Rio de Janeiro. A formação de cortiços com moradias compartilhadas e a ocupação dos primeiros morros tiveram a ver com o acesso ao trabalho, seja diretamente ligado ao porto ou ao seu redor, forjando o espaço geográfico e cultural da zona portuária.

As sociabilidades tecidas pelos cotidianos de trabalho na zona portuária do Rio de Janeiro foram alvos constantes de perseguições e violências. Para os projetos de sociedade civilizada do jovem Estado republicano e pós-abolição, controlar e moldar os trabalhadores nas dinâmicas do trabalho livre ganhou o teor racial, uma vez que promoveu também *o desmantelamento de práticas culturais associadas aos negros – e à África – que, no olhar das elites, contrariavam o projeto de sociedade que tentavam implementar de cima para baixo*. (ARANTES, 2010, p. 92). Contudo, o controle sobre as experiências, sobretudo, as de liberdade de pessoas negras criou fontes sobre as violências e deixou, também, rastros sobre a diversidade das sociabilidades locais.

Erika Arantes, seguiu os rastros do “reduto negro” identificado por Olívia Galvão e Maria Cecília Velasco e Cruz, ampliando a relação entre os trabalhadores da UOP e da Resistência com a construção de suas sociabilidades. Era nos horários de pausa que se frequentava as ruas de maneira mais relaxada e as redes de pessoas se entrelaçavam. Arantes expande sua pesquisa ao enxergar nos processos criminais, não só a forte perseguição e/ou formas dos próprios trabalhadores de “resolverem” suas questões, mas indícios dos lugares onde se bebia, comia, brincava e rezava, no que chamou de “Porto Negro”.

Falar das relações construídas no trabalho e na organização sindical é pouco para entender o universo dos trabalhadores do porto, já que o mundo do cais era muito maior e mais complexo, envolvendo redes de relações que vão além daquelas construídas no processo produtivo. (ARANTES, 2010, p. 92)



A própria organização das horas de trabalho era experimentada de maneira menos marcada para os trabalhadores portuários. Diferente do tempo da fábrica com seus horários de entrada e saída, os trabalhadores avulsos por serem contratados por serviços, tinham outras dinâmicas de tempo. O tempo do trabalho e o tempo livre eram experimentados de maneira mais elástica. Era comum o trabalhador ficar aos arredores do cais esperando a hora de se apresentar aos serviços ou quando terminavam um trabalho, ficavam esperando por outro, gerando o movimento de seus corpos pelos espaços da zona portuária.

Nesse sentido, a compreensão da zona portuária e arredores como um espaço de circulação e convivência daqueles homens será de grande importância. Ali conviviam categorias diversas de trabalhadores portuários – como estivadores, foguistas, guindasteiros, trabalhadores do carvão etc. – mas também outros tipos de trabalhadores autônomos, como vendedores ambulantes, apontadores de jogo de bicho, empalhadores, caçadores de rato, além dos muitos que tinham trabalho regular. (ARANTES, 2005, p. 16)

Dentre os espaços físicos da zona portuária, irradiadores de cotidianos construtores dessa Pequena África, os bares têm papel fundamental. Os bares e/ou as ruas eram lugares de reunião de trabalhadores que buscavam comida, café, jogatina, alcoólicos etc., eram pontos onde *construíam suas identidades, ao mesmo tempo em que resolviam suas contendas pessoais, seus conflitos de trabalho, suas rivalidades desamorosas e outras tensões do cotidiano* (ARANTES, 2010, p. 105). Provavelmente, os debates a respeito do trabalho fossem comuns, por isso, também, os bares eram muito visados pela polícia. Arantes identificou um quantitativo de prisões de trabalhadores portuários, bem como o fechamento desses bares, por serem considerados promotores de desordem.

Desafiando as novas rotinas de repartição do tempo e seu aproveitamento “útil”, os trabalhadores avulsos – entre os trabalhos na descarga dos navios ou nos trapiches, ou durante a espera por uma vaga nas turmas – passavam parte de seu tempo perambulando pelas ruas da má vista zona portuária, desfrutando aquele mundo da maneira que achassem melhor nos intervalos entre suas tarefas. A característica ocasional do trabalho portuário lhes permitia movimentar-se frequentemente entre o porto, moradia e espaços públicos, alimentando aquilo que um autor descreveu como “seu característico sentimento de liberdade e independência”. Podiam descansar (como faziam alguns dos presos no Cais dos Mineiros), beber cachaça em algum dos muitos bares e quiosques da região, jogar vermelhinha como era de costume naquela época, conversar com os companheiros



sobre as dificuldades da vida ou discutir os rumos do seu sindicato. (ARANTES, 2010, p. 141).

A pausa do trabalho, os lazeres ganhavam grande dimensão, sobretudo, na época do carnaval. Segundo Maria Clementina Pereira da Cunha, na primeira década do século XX, a zona portuária do Rio de Janeiro detinha o percentual de 37% dos pedidos de licença de funcionamento feitos por associações de lazer à polícia. Eram ranchos, cordões e outros tipos de associações que funcionavam em espaços particulares ou ganhavam as ruas em épocas de carnaval (CUNHA, 2001, p.166).

No entrecruzamento de fontes dos sindicatos e dos pedidos de licença de funcionamento de associações de lazer, Arantes consegue fazer um mapeamento das relações dos trabalhadores com a promoção dos lazeres na Primeira República. A solicitação da permissão de funcionamento de espaços de lazer era feita na polícia e se estruturava como uma das formas de controle sobre as formas de diversão e quem podia se divertir, na cidade. Dominar a narrativa que atendesse às exigências civilizatórias de controle dos lazeres foi uma das estratégias da população negra para que suas tradições, ressignificadas ou não, sobrevivessem. E, os trabalhadores portuários, baianos, mineiros, fluminenses de tantas outras regiões do Brasil, participaram ativamente na organização e promoção de seus lazeres como direito a cidadania, forjando a cultura afro-carioca que fundamenta o conceito de Pequena África.

Considerações finais

Considerar os atravessamentos irradiados pelo conceito de malandragem e as múltiplas estratégias de construções de masculinidades negras no Rio de Janeiro da Primeira República, com enfoque na Sociedade de Resistência, ajuda a pensar sobre a complexidade das imagens e discursos que foram construídos a respeito de homens negros.

Entre as imagens de controle atribuídas aos homens negros, quanto grupo não hegemônico de masculinidades, há uma diversidade de imagens e discursos que os próprios se apropriaram como estratégias de sobrevivência. Embora o controle do Estado tenha criado estereótipos generalizantes e feito os corpos dos homens negros alvos que sustentaram perseguições violentas, as masculinidades negras são mais plurais



do que a fórmula que os colocou entre a dicotomia do trabalhador explorado e do vadio/malandro.

O objetivo do artigo, não é o de dizer como os homens negros construíram suas masculinidades, mas o de, nos limites do lugar de fala, considerar a dissonância que envolve os conceitos de ociosidade, vadiagem e malandragem como prerrogativas atribuídas aos homens negros. Analisar como as várias formas de subordinação interagem na conformação de estereótipos de pessoas perigosas para os homens negros. Considerando como a historicidade dos conceitos de vadiagem, malandragem e malandro fazem parte da discursividade que fundamentam perseguições físicas, culturais e simbólicas das masculinidades negras. Entender que os próprios criaram discursos de si, ora em consonância com os discursos vigentes, em sambas e/ou formas de garantir suas sobrevivências, ora na construção de imagens para se contrapor às imagens de controle que lhes foram atribuídas.

Referências

- Arquivísticas

AN - 1o Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1. Registro da União dos Operários Estivadores, 05 de agosto de 1904.

AN - 1o Ofício de Títulos e Documentos. Livro A-1. Registro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Junho de 1905.

- Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: Uma Invenção do Falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE, Marília B. M. *Trabalho e conflito no porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Tese de mestrado. UFRJ, 1983

ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2005

_____. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (doutorado) UFF. Niterói. 2010.



- BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997
- BUENO, Winnie. *Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- CÂNDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. nº 8, 1970.
- CHALHOUB, Sidney. *Medo branco das almas negras: escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p.83-105, mar./ago. 1988
- _____. *Cidade Febril*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 2011
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos Da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. “Não me ponha no xadrez com esse malandrão”. Conflitos e identidades entre sambistas no Rio de Janeiro do início do século XX. *Afro-Ásia*, 38 (2008), 179-210.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado: USP, São Paulo, 1998.
- _____. *Cor, Etnicidade e Formação de Classe no Porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*.
- _____. *Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*. Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, 24 (2000), 243-290.



DEALTRY, Giovana. *No fio da Navalha: malandragem na literatura e no samba*. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2022.

DOMINGUES, Petrônio. *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)*. Revista Brasileira de História. São Paulo. Junho de 2014. V34, nº 67, p. 251-281.

GALVÃO, Olívia Maria Rodrigues. *A Sociedade de Resistência ou Companhia dos Pretos: um estudo de caso entre os arrumadores do Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS. 1994.

GOLDMACHER, Marcela. *A "Greve Geral" de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. Tese de doutorado, Niterói UFF: 2009.

GOTO, Roberto. *Malandragem revisitada*. Campinas: Pontes, 1988.

HOOKS, bell. *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*. São Paulo: Elefante, 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Cobogó. 2018

KIMMEL, Michael. "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". Horizontes Antropológicos – Corpo, Doença e Saúde. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117, 1998.

LOPES, Nei. *Partido alto: Samba de Bamba*. Rio de Janeiro: Pallas, 2022

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983

ROCHA, Gilmar. "Navalha não corta seda": Estética e Performance no vestuário do malandro. *Tempo*, Vol. 10, núm. 20, janeiro, 2006. Pp. 121-142

_____. "Eis o malandro na praça outra vez": a fundação da discursividade malandra no...*SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 108-121, 2º sem. 2006.

_____. A "arte da malandragem" entre a farsa e a tragédia - uma narrativa dramática de longa duração. *Geograficidade*, 11(20), 358-385. 2021

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.



TERRA, Paulo. Racismo, trabalho e ociosidade no processo de abolição: o Brasil e o Império português numa perspectiva global (11870-1888). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.41, nº 88, 2021.

THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2001. pg. 277|

- **Musicais**

BATISTA, Wilson. *Lenço no Pescoço*. 1933.